



CNU

Conhecimentos Gerais - Bloco 1 a 7

Várias bancas

POLÍTICAS PÚBLICAS

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	36

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	32

ÉTICA E INTEGRIDADE

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	33

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	38

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	27

FINANÇAS PÚBLICAS

EXERCÍCIOS ¹	38
GABARITO	38

SUMÁRIO



1. FUMARC - ANA LEG (ALMG)/ALMG/CONSULTOR LEGISLATIVO/ÁREA I - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL/2023

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Conceito de Políticas Públicas. Tipos de Políticas Públicas (Distributivas, Regulatórias, etc)

O processo de políticas públicas mostra-se como uma forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto social, político e econômico, e das exigências e demandas da sociedade frente ao Estado.

Compreendem-se as políticas públicas, a partir da dinâmica do funcionamento do Estado, **EXCETO** como:

(A) Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como das visões e dos valores dos que influem na decisão.

(B) Estratégias que apontam para diversos fins almejados por diferentes grupos que participam do processo decisório da ordem estatal.

(C) Um conjunto de ações estruturadas de modo sequencial, legalmente estabelecidas em conformidade com os procedimentos normativos.

(D) Um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar uma dada realidade.

2. FUNDATEC - PEBTT (IFC)/IFC/SOCIOLOGIA/2023

ASSUNTO: CIÊNCIAS POLÍTICAS - Conceito de Políticas Públicas. Tipos de Políticas Públicas (Distributivas, Regulatórias, etc)

Blackmore e Lauder (2015) afirmam que políticas públicas são mais do que textos “oficiais” produzidos pelas autoridades governamentais, tendo múltiplas dimensões e sendo formas de ações sociais planejadas, embora inevitavelmente incompletas nas formas de se inscreverem na prática. Neste sentido, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() A pesquisa sobre políticas públicas predominante até a década de 1970 estava alicerçada em técnicas estatísticas, grandes amostras populacionais e processos hierárquicos lineares.

() O modelo “racional” de análise busca abranger, além da criação, a recepção e os efeitos das políticas públicas, também o modo pelo qual o discurso e a linguagem configuram o contexto delas.

() Cientistas sociais têm crescentemente conceituado o Estado como um âmbito disputado, no qual um conjunto de relações contraditórias medeia a construção de políticas públicas.

A ordem **correta** de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

(A) V – F – F.

(B) V – V – F.

(C) V – F – V.

(D) F – V – F.

(E) F – F – V.



1. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023

ASSUNTO: ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - Meio Ambiente no Brasil

Nos próximos 8 anos, o Brasil pode se tornar a primeira grande economia – de média ou alta renda – a alcançar a neutralidade de carbono e ao mesmo tempo acelerar o seu crescimento econômico em \$100 a \$150 bilhões de dólares anuais ao PIB adicionais ao ritmo de crescimento atual (2,5%/ano). O potencial de mitigação de emissões de carbono equivalente (CO₂e) é de 1,3 giga tonelada até 2030. Com isso, o país será um exemplo concreto ao mundo de prosperidade econômica sustentável para as próximas décadas, modelo que pode inspirar todo o Sul Global. É o que diz o relatório apresentado nesta quarta-feira na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – a COP27, no Egito, ao lado de Carlos Nobre, Ilona Szabó e Vanda Witoto.

Segundo os cálculos, o Brasil pode mitigar 1,3 Gton de carbono até 2030, quantidade superior à sua própria pegada atual de carbono, e contribuir com cerca de 1,9 Gton em excedente de carbono para o resto do mundo até 2050. No panorama econômico apresentado a economia brasileira tende à

- (A) abandonar o projeto de extração de pré-sal e focar na substituição de combustíveis fósseis.
- (B) substituir a produção de commodities em prol de matrizes energéticas limpas.
- (C) aprofundar o dilema entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental
- (D) galgar a liderança de um novo paradigma econômico, baseado no carbono.
- (E) colocar o país sob risco de intervenção internacional e ingerência nas decisões autônomas.

2. FUNDEP - AG SEG (CM CONTAGEM)/CM CONTAGEM/2023

ASSUNTO: ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - Meio Ambiente no Brasil

“Grilagem” é a prática criminosa que envolve invadir, ocupar, lotear e obter ilicitamente a propriedade de terras públicas ou de terceiros sem autorização do órgão competente e em desacordo com a legislação. Colocado de forma simples: é a invasão de terras para apropriação particular, por meio de desmatamento e violência, com ou sem fraude documental.

Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia/grilagem_na_amazonia/. Acesso em: 1 set. 2022. (adaptado).

O texto apresenta uma definição de grilagem de terras, uma prática criminosa existente no Brasil. Uma grave consequência da ação da grilagem de terras é a(o)

- (A) regularização da posse de terra, em virtude da pressão dos invasores.
- (B) expulsão de populações nativas com o emprego da violência.
- (C) impossibilidade de explorar economicamente as terras ocupadas.
- (D) prejuízo econômico com o reflorestamento realizado pelos grileiros.



1. IBFC - Adm (UFPB)/UFPB/2023

ASSUNTO: ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - Governança Pública

Existem diferentes formas de estruturar a ação de atores públicos e privados em prol de objetivos comuns. Para alguns autores especialistas em gestão pública, tem ficado mais forte a ideia de “governança de múltiplos níveis”, ou seja, um modelo de organizar a ação governamental para além das delimitações jurisdicionais tradicionais (SMITH, 2010).

Assinale a alternativa que **não** representa uma característica da governança.

- (A) Interdependência entre organizações
- (B) Interação contínua entre membros
- (C) Interações de negociação pelos participantes
- (D) Grau significativo de autonomia em relação ao Estado
- (E) Distinção clara entre “a coisa pública” e a “coisa privada”

2. Instituto Consulplan - Of (CBM SC)/CBM SC/2023

ASSUNTO: ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - Governança Pública

Considerando os conceitos de governança corporativa no setor público, analise as afirmativas a seguir.

I. A governança corporativa no setor público refere-se à administração das agências do setor público, por meio dos princípios de governança corporativa do setor privado, que são totalmente aplicáveis no setor geral do Estado, em que as agências de serviços públicos são agrupadas.

II. O conceito de governança corporativa está relacionado à accountability – entendido como a responsabilidade em prestar contas.

III. A organização do setor público deve estar comprometida em assegurar a integridade do que faz, ou seja, não deve aguardar até que os seus dirigentes sejam investigados, mas adotar medidas imediatas para coibir o comportamento não ético por parte desses dirigentes.

IV. A governança corporativa no setor público deve ser entendida como a proteção ao inter-relacionamento entre a administração, o controle e a supervisão, feita pela organização governamental pela situação organizacional e pelas autoridades do governo, visando relacionar os objetivos políticos eficaz e eficientemente.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.



Diversidade e Inclusão na Sociedade

1. INSTITUTO CONSULPLAN - ADS (SEAS RO)/SEAS RO/CIÊNCIAS SOCIAIS/2023
ASSUNTO: CIÊNCIAS SOCIAIS - Diversidade Cultural

Mulher acusada de adultério é até apedrejada até a morte pelo EI na Síria

Uma mulher foi apedrejada até a morte no nordeste da Síria pelo grupo terrorista Estado Islâmico (EI), que a acusou de haver cometido adultério, informou o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH). A ONG disse que os radicais assassinaram a mulher na cidade de Buqros, no nordeste do país do Oriente Médio. A vítima era uma deslocada originária do campo de refugiados palestinos de Al Yarmuk, no sul de Damasco, e trabalhava em um hospital de Al Mayadin, reduto principal do EI nesta província que faz fronteira com o Iraque.

(Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/orientemedio/mulher-acusada-de-adulterio-e-ate-apedrejada-ate-a-mortepelo-ei-na-siria>.)

Por mais que uma notícia dessas seja um choque, uma agressão aos nossos costumes e cultura, existem grupos, em determinados países do mundo, que acham não só normal, como **correto**. Existem organismos mundiais atualmente, que tentam inibir tais ações, mas elas continuam a acontecer, nas mais variadas nuances. No Relativismo Cultural, uma tendência filosófica e sociológica, essas diferenças culturais:

(A) Foram levantadas e serviram para respaldar e embasar os postulados que referendavam o Evolucionismo e o Darwinismo.

(B) Existem como verdades morais e princípios éticos absolutos ou universais, mas com sistemas de ação diferenciados.

(C) A abordagem do relativismo cultural – também chamado culturalismo – passou a ser ignorada como critério de análise e pesquisa social.

(D) Ao serem analisadas, não podem ser vistas como resultado de culturas superiores ou inferiores e nem ser ordenadas em um esquema evolutivo.

(E) São vistas como válidas e ricas em si, embora essa teoria não se abstenha de fazer julgamento moral e ético sobre os diferentes parâmetros que definem as culturas.

2. AVANÇASP - PROF (ARAÇARIGUAMA)/PREF ARAÇARIGUAMA/SOCIOLOGIA 20H E 40H/2023
ASSUNTO: Ciências Sociais - Diversidade Cultural

Com base na diversidade cultural brasileira, analise os itens a seguir e assinale a alternativa **correta**:

I - A partir dos dados históricos, entendermos a herança social e todo nosso legado cultural.

II - O conceito de etnia não se distingue do conceito de raça e cultura.

III - As cotas, termo que faz parte das Políticas Afirmativas, são medidas positivas, que buscam minimizar o racismo.

(A) Apenas o item I é verdadeiro.

(B) Apenas o item II é verdadeiro.

(C) Apenas o item III é verdadeiro.

(D) Apenas os itens I e III são verdadeiros.

(E) Todos os itens são verdadeiros.



1. COMPEC UFAM - ASS (UFAM)/UFAM/ADMINISTRAÇÃO/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Conceito para Agentes Públicos

Um servidor assistente administrativo na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é considerado agente público. Em relação às normas aplicáveis aos agentes públicos, podemos afirmar que:

- () Os agentes públicos estão sujeitos tanto às normas legais quanto às normas constitucionais.
- () Os agentes públicos estão sujeitos apenas às normas legais, mas não às normas constitucionais.
- () Os agentes públicos estão sujeitos apenas às normas constitucionais, mas não às normas legais.
- () Os agentes públicos não estão sujeitos às normas legais e constitucionais.

Identifique com 'V' as afirmativas verdadeiras e 'F' as afirmativas falsas e assinale a alternativa que registra a sequência

CORRETA de V e F de cima para baixo:

- (A) F – V – F – F
- (B) V – F – F – V
- (C) F – F – V – F
- (D) V – F – F – F
- (E) F – F – F – V

2. FGV - CONT (CGM RJ)/PREF RJ/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Concurso Público

Caio prestou concurso público para provimento de cargo junto à Administração Pública, tendo sido aprovado. Em razão de litígio judicial pendente sobre o concurso público, Caio somente foi nomeado e empossado muitos meses depois da aprovação, após decisão judicial em seu favor. Tempos depois, Caio ajuizou ação em face do ente federativo, postulando indenização em razão da demora em sua investidura.

Com base na legislação em vigor e na jurisprudência pátria, é **correto** afirmar que:

- (A) Caio deveria ter postulado indenização antes de se tornar servidor público;
- (B) Caio não faz jus à indenização, salvo na hipótese de demonstrada arbitrariedade flagrante da Administração Pública;
- (C) na hipótese descrita Caio não faz jus à indenização, uma vez que foi nomeado e empossado, sendo desnecessário se perquirir qualquer arbitrariedade da Administração Pública;
- (D) Caio faz jus à indenização em razão da demora em sua investidura, ainda que não constatada arbitrariedade da Administração Pública, pois seu direito à nomeação e posse era líquido e certo;
- (E) na hipótese descrita, constatada arbitrariedade flagrante da Administração Pública, Caio deverá buscar indenização diretamente em face do agente público responsável pela demora.

3. FGV - APO (PREF RJ)/PREF RJ/2023

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO - Concurso Público

Ptolomeu é servidor do Município do Rio de Janeiro que não realizou concurso público e ocupa cargo exclusivamente em comissão, de modo que é **correto** afirmar acerca de seu regime jurídico funcional, à luz das disposições constitucionais, que o mencionado agente público:

- (A) exerce atribuições de direção, chefia ou assessoramento;
- (B) submete-se ao regime próprio de previdência dos servidores públicos;
- (C) após três anos de efetivo exercício, passa a gozar da garantia da estabilidade;
- (D) só pode ser exonerado após processo administrativo disciplinar;

**1. FGV - CONT (CGM RJ)/PREF RJ/2023**

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Ao elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para um exercício que correspondia ao primeiro ano de mandato, a recém-formada equipe de planejamento de um dado Município precisa atentar para um dispositivo constitucional, o qual dispõe que o referido ente deve:

- (A) adotar, proporcionalmente à sua receita, as metas fiscais definidas no âmbito federal;
- (B) conduzir sua política fiscal de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis;
- (C) definir um percentual limite da sua receita corrente líquida que pode ser comprometido com endividamento;
- (D) observar as diretrizes fiscais estabelecidas pelo respectivo Estado;
- (E) submeter o projeto à apreciação do respectivo tribunal de contas.

2. FGV - APO (PREF RJ)/PREF RJ/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Considere o trecho a seguir, adaptado do instrumento de planejamento de um ente municipal:

“Art. 2º, §1º A Lei Orçamentária de 2023 destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas neste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I. provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Município;
- II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III. despesas indispensáveis ao custeio dos serviços públicos e de manutenção da administração municipal; e
- IV. conservação e manutenção do patrimônio público.”

O instrumento de planejamento governamental que contém o trecho em destaque:

- (A) deve ter sido aprovado durante o exercício a que se refere;
- (B) estabelece disposições para o planejamento estratégico do ente;
- (C) pode dispor sobre alterações na legislação tributária no âmbito do referido ente;
- (D) refere-se ao plano de governo do chefe do Poder Executivo para o mandato em referência;
- (E) tem disposições cujos efeitos se estendem até o início do mandato seguinte.

3. FURB - ANA (PREF SCHROEDER)/PREF SCHROEDER/LICITAÇÕES E CONTRATOS/2023

ASSUNTO: AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Um dos pilares do planejamento governamental, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tem o papel de orientar a elaboração do orçamento anual. Além disso, uma de suas principais funções também é estabelecer:

- (A) quais serão as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte.
- (B) quais serão as receitas e despesas para os três exercícios financeiros seguintes.
- (C) quais serão as metas e prioridades para os três exercícios financeiros seguintes.
- (D) quais serão as metas e prioridades o próximo mandato.
- (E) quais serão as receitas e despesas para o exercício financeiro seguinte.